Maxi educa

QUEDAS DO IGUAÇU-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU - PARANÁ

TERAPEUTA OCUPACIONAL



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 030/2026 (CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026)

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Prefeitura de Quedas do Iguaçu - PR

Terapeuta Ocupacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados: estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais; dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos; captação da linha argumentativa do autor; inferência de efeitos de sentido na textualidade; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural .. **1**

Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos; Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos **9**

Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.) **13**

Ao registro (formal, informal) **20**

À variedade (padrão, não padrão) **25**

À modalidade (oral, escrita) **27**

Domínio dos mecanismos de coesão textual e aspectos relativos à coerência textual **28**

Compreensão da estrutura sintática e implicações semânticas no âmbito do parágrafo: reescrita de frases e parágrafos do texto **33**

Substituição de palavras ou de trechos de texto **35**

Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Sintaxe: estrutura morfossintática do período; termos da oração; relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração **35**

Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos **41**

Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais **46**

Processos de formação de palavras **58**

Concordância nominal e verbal **64**

Transitividade e regência de nomes e verbos **70**

Pontuação **73**

Domínio da acentuação gráfica **77**

Domínio da ortografia oficial **80**

QUESTÕES **87**

GABARITO **98**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos e conjuntos numéricos. Potenciação. Radiciação. Múltiplos e divisores (mmc e mdc). Números primos. Frações, decimais, dízimas e operações; problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos) **1**

Polinômios e operações com polinômios **26**

Notação científica **29**

Regra de três simples e composta **32**

Equação de 1º. E 2º grau **36**

Sistema de equações **41**

Porcentagem **45**

Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas **47**

Progressão aritmética e geométrica **55**

Probabilidade **59**

Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas **61**

Problemas de lógica matemática **68**

Questões **75**

Gabarito **80**

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal **1**

Tópicos da História e da Geografia do município, do estado e do Brasil **217**

Conhecimentos sobre a História, a Geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município **258**

Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente **265**

QUESTÕES **271**

GABARITO **278**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Código de Ética Profissional **1**

Compreensão crítica da história da terapia ocupacional no Brasil **16**

Conceitos básicos da terapia ocupacional socioterápica **21**

Conceitos e ideias básicas dos modelos de terapia ocupacional **26**

Conceitos e ideias que fundamentam a terapia ocupacional das críticas ao sistema segregativo e asilar, isto é, das práticas de transformação institucional **32**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

A ideia do trabalho como recurso de terapia ocupacional 37

Conceito de reabilitação e as propostas alternativas de atenção à saúde da população assistida em terapia ocupacional 42

A problemática da efetivação da cidadania da população assistida em terapia ocupacional, pessoas com deficiências e transtornos mentais 47

Políticas de Saúde Mental e referentes à saúde das pessoas portadoras de deficiência 52

O papel das unidades extra-hospitalares (U.B.S.), centro de convivência hospitais-dia e centros de referência diante da questão da não internação do paciente psiquiátrico e da não institucionalização da pessoa portadora de deficiência física, sensorial e/ou mental 58

A ação do terapeuta ocupacional na emergência psiquiátrica, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, assim como no tratamento hospitalar e ambulatorial de pessoas com deficiência 63

Análise crítica da reabilitação profissional no Brasil 68

Análise crítica da assistência e da atuação da terapia ocupacional no contexto da assistência às pessoas com deficiência mental em nosso país 74

Análise das relações entre saúde e trabalho 79

Área de Psiquiatria e Saúde Mental 84

Métodos da terapia ocupacional 89

A Lei 8.080/90, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, é a legislação que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde no Brasil, e organiza o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território nacional 95

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) 114

Questões 137

Gabarito 146

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos da compreensão e da interpretação textual

A compreensão e a interpretação de textos constituem processos fundamentais para a construção de sentidos durante a leitura. Embora estejam diretamente relacionadas, essas atividades apresentam características distintas. A compreensão está associada à identificação e à organização das informações expressas no texto, enquanto a interpretação envolve a construção de significados a partir dessas informações, considerando elementos linguísticos, contextuais, discursivos e conhecimentos mobilizados pelo leitor.

Compreender um texto significa reconhecer seu conteúdo, identificar o assunto abordado, estabelecer relações entre as informações e perceber como suas partes estão organizadas. Interpretar, por sua vez, exige avançar para a análise de sentidos que nem sempre aparecem de maneira explícita, identificando pressupostos, implicações, posicionamentos e efeitos produzidos pelas escolhas linguísticas. Entretanto, essa distinção não deve ser entendida como uma separação absoluta, pois compreensão e interpretação atuam de maneira integrada durante a leitura.

O texto não constitui apenas um conjunto de frases organizadas segundo regras gramaticais. Trata-se de uma unidade de sentido produzida em determinada situação comunicativa, com finalidades específicas e dirigida a um público real ou presumido. Seu significado depende da articulação entre elementos linguísticos, organização discursiva e contexto de produção.

Considere o seguinte enunciado:

"A biblioteca permaneceu aberta durante todo o período de férias, mas poucos estudantes utilizaram o espaço."

A compreensão literal permite identificar duas informações: a biblioteca permaneceu aberta durante as férias e houve baixa utilização do espaço pelos estudantes. A interpretação exige observar que a conjunção mas estabelece uma relação de oposição entre essas informações. A construção sugere que a abertura da biblioteca poderia favorecer maior frequência, expectativa que não se confirmou. Essa expectativa, entretanto, é inferida a partir da organização do enunciado, e não declarada diretamente.

A leitura adequada exige distinguir aquilo que o texto afirma, aquilo que pressupõe, aquilo que sugere e aquilo que o leitor apenas imagina. Essa distinção é essencial porque nem toda conclusão aparentemente plausível está autorizada pelas informações apresentadas. Uma interpretação precisa possuir fundamento textual, ainda que envolva conhecimentos externos.

A identificação do tema representa uma das primeiras etapas da compreensão. O tema corresponde ao assunto central desenvolvido pelo texto. Não deve ser confundido com o título, pois este pode apresentar o assunto de maneira direta, simbólica, irônica ou incompleta. Também não deve ser confundido com a tese, que corresponde ao posicionamento defendido em textos argumentativos.

Um texto sobre os impactos da tecnologia na educação pode apresentar como tema a utilização de recursos digitais no processo educativo. Sua tese, entretanto, pode ser a afirmação de que a tecnologia somente contribui para a aprendizagem quando integrada a objetivos pedagógicos claros. Assim, o tema indica sobre o que se fala, enquanto a tese revela o que se defende sobre esse assunto.

Outro elemento importante é a identificação da finalidade comunicativa. Um texto pode buscar informar, explicar, argumentar, orientar, narrar acontecimentos, descrever características ou produzir efeitos estéticos. A finalidade influencia a seleção vocabular, a organização das informações e os recursos utilizados.

Os gêneros textuais correspondem a formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em diferentes situações sociais. Notícias, reportagens, artigos de opinião, crônicas, editoriais, entrevistas, propagandas, cartas, resenhas, contos, poemas e textos científicos apresentam características próprias, embora possam compartilhar recursos linguísticos e estruturas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N}$ = {0, 1, 2, 3, 4, **...**}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SETEMBRO - 2025

Mundo

▸ 80ª Assembleia Geral da ONU reforça papel diplomático em agenda global

Entre 23 e 29 de setembro de 2025, a 80ª Assembleia Geral da ONU reuniu chefes de Estado e representantes de diversas nações, consolidando-se como o principal fórum de formulação de políticas globais da organização.

O encontro permitiu debates sobre segurança internacional, mudanças climáticas, crises humanitárias e desenvolvimento sustentável, além de possibilitar negociações bilaterais e multilaterais entre países.

Especialistas ressaltam que a Assembleia Geral mantém papel estratégico na legitimação de tratados e resoluções internacionais, servindo também como palco de diálogos diplomáticos e posicionamentos geopolíticos, mesmo diante das limitações do Conselho de Segurança e desafios de implementação das decisões da ONU.

▸ Trump cogita classificar PCC e Comando Vermelho como terroristas, e governo Lula vê risco de interferência externa

Durante um discurso recente sobre **política de segurança internacional**, o presidente norte-americano **Donald Trump** indicou que pretende **classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC)** e o **Comando Vermelho (CV)** como **organizações terroristas**, caso sua proposta seja implementada no novo mandato. A medida se basearia em **leis antiterrorismo dos Estados Unidos**, que permitem sancionar **grupos transnacionais** e congelar bens ou ativos financeiros ligados a eles em território americano.

Implicações jurídicas e diplomáticas

Caso a decisão se concretize, o enquadramento permitiria **bloqueios financeiros, ampliação da cooperação judicial e até a emissão de mandados internacionais** contra suspeitos com conexões com o narcotráfico. Essa **mudança de status** elevaria o patamar do combate ao crime organizado latino-americano, mas também criaria **tensões com países soberanos**, especialmente o Brasil, que **não reconhece facções domésticas como organizações terroristas**.

O **governo Lula manifestou preocupação**, afirmando que tal classificação **poderia configurar uma forma de interferência externa** em políticas de segurança interna. Brasília teme que a medida crie **pressão diplomática para o alinhamento automático do Brasil às diretrizes de Washington**, comprometendo a autonomia nacional na condução da política criminal e nas estratégias de combate ao tráfico.

Olhar geopolítico: soberania e segurança hemisférica

Sob o ponto de vista geopolítico, a proposta de Trump reforça a lógica de **"guerra às drogas" e de securitização da América Latina** — um modelo que historicamente aproximou temas de **criminalidade e terrorismo**, legitimando intervenções unilaterais dos EUA. Ao incluir o PCC e o CV nessa categoria, Washington poderia **expandir seu raio de influência sobre as políticas de segurança regionais**, reeditando tensões da era pós-11 de Setembro.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Base normativa do exercício profissional e responsabilidade do terapeuta ocupacional

Regulamentação profissional e sistema COFFITO/CREFITOs

O exercício da Terapia Ocupacional no Brasil possui base legal própria. O Decreto-Lei nº 938/1969 reconheceu e regulamentou as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, estabelecendo o exercício profissional dentro de competências legalmente definidas. A Lei nº 6.316/1975 criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, estruturando fiscalização, registro e disciplina profissional. Esse sistema normativo delimita direitos e deveres que acompanham a atuação em serviços públicos, privados, hospitalares, territoriais, educacionais e sociais. O profissional deve manter regularidade perante o conselho competente e atuar apenas em atividades para as quais tenha formação, competência e respaldo normativo.

Resolução COFFITO nº 81/1987 e atos profissionais

A Resolução COFFITO nº 81/1987 trata de atos complementares ao exercício profissional do terapeuta ocupacional e permanece referência histórica importante para caracterizar ações próprias da profissão. A prática atual, contudo, também é detalhada por resoluções posteriores relacionadas a especialidades e contextos específicos. Interpretar a atuação exige considerar o conjunto normativo vigente, evitando utilizar uma resolução antiga de forma isolada quando normas mais recentes detalham determinado campo. A responsabilidade profissional inclui conhecer alterações aplicáveis à área em que atua e não apresentar como competência própria um procedimento que dependa de qualificação específica.

Competência técnica, limites e atualização normativa

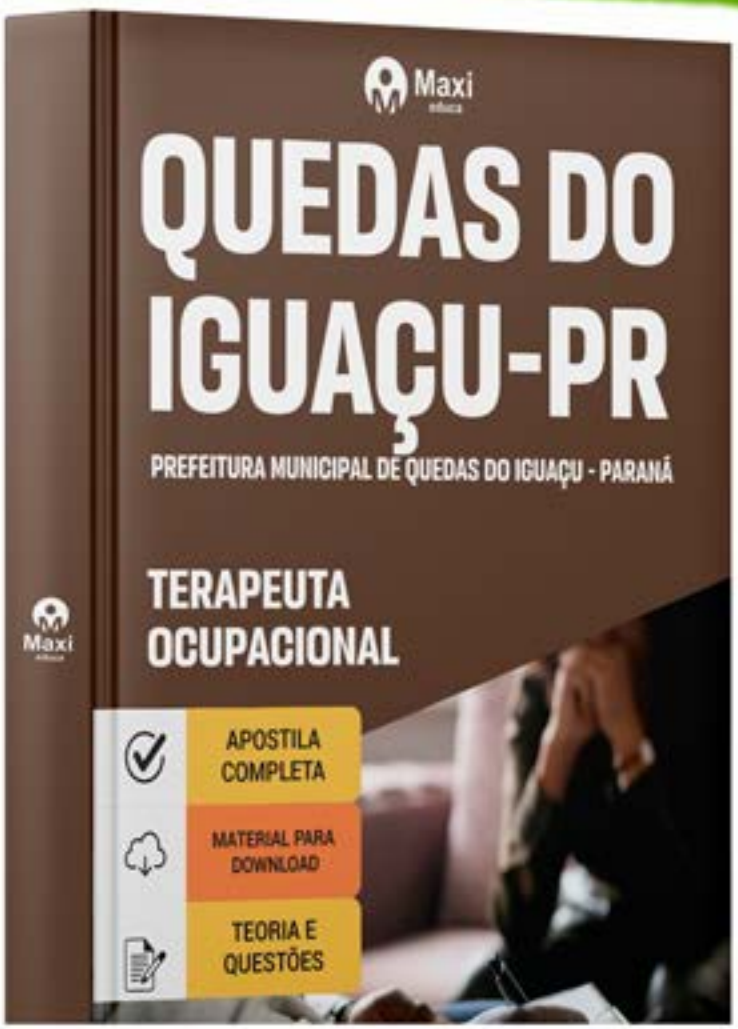
Competência profissional reúne conhecimento, habilidade, julgamento e condições concretas para executar determinada ação com segurança. Ter autorização geral para atuar em um campo não significa dominar toda técnica possível dentro dele. O terapeuta ocupacional precisa reconhecer limites de formação, buscar qualificação quando necessário e encaminhar situações que ultrapassem sua capacidade. Essa obrigação é especialmente relevante em procedimentos especializados, confecção de dispositivos, práticas invasivas ou intervenções que envolvem riscos específicos. Instituições também possuem responsabilidades ao definir protocolos, equipamentos disponíveis e condições de trabalho.

Especialidades reconhecidas e campos regulamentados

O COFFITO possui resoluções que reconhecem especialidades da Terapia Ocupacional, entre elas Acupuntura, Contextos Sociais, Saúde da Família, Saúde Mental, Contextos Hospitalares, Gerontologia e Contexto Escolar. Entre as referências estão as Resoluções nº 405/2011, nº 406/2011, nº 407/2011, nº 408/2011, nº 429/2013, nº 477/2016 e nº 500/2018. Em 2025, novas normas organizaram aspectos do registro de qualificação e dos títulos de especialista, exigindo atenção às regras vigentes para apresentação profissional. O reconhecimento de uma especialidade não dispensa cumprimento das exigências de habilitação correspondentes.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!